

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: GÊNERO E SEXUALIDADE

PSYCHOLOGICAL PRACTICE WITH PEOPLE WITH DISABILITIES: GENDER
AND SEXUALITY

Ciências Humanas • 22/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792633864](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792633864)

Mariana Zuher Hoffman Rahim¹

Jaiane Freitas Branco²

RESUMO

O estudo aborda a atuação de psicólogos(as) nas políticas públicas e em organizações da sociedade civil junto às pessoas com deficiência (PCDs), com foco em gênero e sexualidade. Fundamenta-se no modelo social da deficiência que critica a persistência de abordagens biomédicas e capacitistas. Na Serra Catarinense, identificou-se alta prevalência de PCDs. Deste modo, objetivou-se compreender a atuação dos(as) psicólogos(as) referente às questões de gênero e sexualidade no atendimento às PCDs em Lages/SC. É uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, com coleta de dados dividida em duas etapas, questionário online e entrevistas, a análise de dados foi realizada através da análise temática. Os resultados destacaram uma atuação profissional individualizante e em transição do modelo biomédico para o biopsicossocial, onde as temáticas de gênero e sexualidade são definidas como sinônimos e tampouco são discutidas com as PCDs, destacando fragilidades na formação profissional e no preparo ao atendimento às PCDs.

Palavras-chave: Psicologia Social; Pessoas com Deficiência; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT

This study addresses the role of psychologists in public policies and civil society organizations working with people with disabilities (PWDs), focusing on gender and sexuality. It is based on the social model of disability, which criticizes the persistence of biomedical and ableist approaches. A high prevalence of PWDs was identified in the Serra Catarinense region. Therefore, the objective was to understand the role of psychologists regarding gender and sexuality issues in the care of PWDs in Lages/SC. This is a qualitative, descriptive-exploratory study, with data collection divided into two

stages: an online questionnaire and interviews. Data analysis was performed using Thematic Analysis. The results highlighted an individualistic professional practice in transition from the biomedical model to the biopsychosocial model, where gender and sexuality are defined as synonyms and are rarely discussed with PWDs, highlighting weaknesses in professional training regarding preparedness to work with PWDs.

Keywords: Social Psychology; People with Disabilities; Gender; Sexuality.

RESUMEN

Este estudio aborda el rol de los psicólogos en las políticas públicas y las organizaciones de la sociedad civil que trabajan con personas con discapacidad (PCD), con énfasis en género y sexualidad. Se basa en el modelo social de la discapacidad, que critica la persistencia de enfoques biomédicos y capacitistas. Se identificó una alta prevalencia de PCD en la región de Serra Catarinense. Por lo tanto, el objetivo fue comprender el rol de los psicólogos en relación con las cuestiones de género y sexualidad en la atención a las PCD en Lages/SC. Se trata de un estudio cualitativo, descriptivo-exploratorio, con una recolección de datos dividida en dos etapas: un cuestionario en línea y entrevistas. El análisis de datos se realizó mediante análisis temático. Los resultados evidenciaron una práctica profesional individualista en transición del modelo biomédico al biopsicosocial, donde género y sexualidad se definen como sinónimos y rara vez se discuten con las PCD, lo que pone de manifiesto deficiencias en la formación profesional en cuanto a la preparación para trabajar con este colectivo.

Palabras-clave: Psicología social; Personas con discapacidad; Género; Sexualidad.

INTRODUÇÃO

Este estudo refere-se à atuação profissional da Psicologia junto às pessoas com deficiência (PCDs), que são consideradas aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com barreiras, pode-se obstruir sua participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

No Brasil, em torno de 8,4% da população têm algum tipo de deficiência (IBGE, 2022), já na região da Serra Catarinense - que inclui Lages - essa porcentagem é maior, sendo em torno de 26% da população total com algum tipo de deficiência (Santa Catarina, 2020), um percentual elevado quando comparado aos dados da população nacional. Na população acima de 60 anos uma a cada 4 pessoas tem deficiência (Brasil, 2021), ou seja, a medida que a população for envelhecendo esse número tende a aumentar cada vez mais.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011; FIOCRUZ, 2012) alerta a respeito da tendência de crescimento desta população de forma geral e diante disto, percebe-se a necessidade de estudos e pesquisas referentes à atuação profissional junto desse público, incluindo intervenções psicossociais a respeito das dimensões de gênero e sexualidade, que ainda tampouco são discutidas (Serra *et al.*, 2020), principalmente a partir da perspectiva do modelo social da deficiência na área da Psicologia.

O modelo social da deficiência é pautado na desconstrução da perspectiva individualizante da deficiência, diferente do modelo biomédico que associa a deficiência como defeito a ser corrigido,

amplia a compreensão para a questão econômica, política e social (Boff; Machado, 2024). Assim, a deficiência não se resume a um corpo com lesão, mas sim em barreiras socialmente, culturalmente e historicamente construídas (Diniz, 2007). Assim, a deficiência é compreendida como resultado da relação entre a pessoa e o contexto social, não sendo apenas uma condição biologicamente determinada (Paganelli, 2018).

Além disso, as temáticas de gênero e sexualidade, quando relacionada às PCDs, mostram-se ainda fortes como tabu, tanto que a literatura é ainda escassa mesmo em revistas e periódicos específicos (Serra *et al.*, 2020). Esses mesmos autores ressaltam que entre 2006 e 2019 somente 9 publicações com as triangulações das palavras-chaves deficiência; sexualidade e gênero foram encontradas; isso excluindo-se da área da psicologia; A baixa produção teórica das temáticas de gênero e sexualidade referente às PCDs evidencia-se ainda mais ao observar que no próprio Estatuto das Pessoas com Deficiência (Brasil; 2015); não há um capítulo específico direcionado a essas temáticas.

Por conseguinte, pesquisas relacionadas a PCDs a partir de uma perspectiva social não são amplamente produzidas, e quando falamos da interseccionalidade dos temas PCD, gênero e sexualidade, os materiais encontrados nas plataformas de pesquisa no ano de 2025 são quase nulos. A partir destes resultados, percebe-se que essa temática só começou a ser citada a partir dos anos 2000 e conclui-se, de maneira geral, menos de uma pesquisa ao ano nessa temática (Serra *et al.*, 2020).

Ainda, ao realizar uma pesquisa bibliográfica com o tema PCD, psicologia e gênero e/ou sexualidade para verificação quantitativa,

obteve-se pesquisas que ainda destacam um olhar biomédico com foco em desenvolvimento psicológico, reabilitação e educação especial. Nesse sentido, a baixa visibilidade social e científica dessas temáticas faz com que a maioria da população ainda apresente a ideia equivocada de que PCDs são assexuadas ou incapazes de desejar, provocar desejo e de ter relações sexuais (Crp-Sc, 2019).

Ainda nessa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015) garante os direitos sexuais e reprodutivos das PCDs, afirmando que a deficiência não afeta a plena capacidade civil dessas pessoas, não as limitando quanto a poder casar, conservar sua fertilidade e exercer seus direitos sexuais e reprodutivos.

Portanto, é de extrema importância fomentar temáticas sobre PCDs, gênero e sexualidade em todas as áreas, para além da área da saúde, que é onde está o maior foco dos estudos, principalmente na área da psicologia, para que o estigma relacionado a esta população seja desmistificado.

Costa e colaboradores (2024, p. 7) destacam que “deficiência não é sinônimo de ausência de sexualidade, desejo ou afeto”, sendo imprescindível exercer sua sexualidade como todo cidadão também tem esse direito. Afinal, as PCDs são protagonistas da própria história, e sabendo disso, surgiu o lema de luta “Nada sobre nós sem nós”, que significa não apenas a reivindicação de direitos e benefícios no âmbito social, mas, principalmente, o reconhecimento das PCDs como livres e autônomas, capazes de tomar as próprias decisões e se posicionar nas diferentes esferas sociais sem a interferência de terceiros (Rios, 2017).

Estudar sobre gênero e sexualidade da população PCD é um compromisso científico e ético-político, visto que na atuação profissional da Psicologia, toda a prática precisa estar em consonância com o Código de Ética Profissional dos Psicólogos (CFP, 2005), que preconiza a promoção da qualidade de vida e a contribuição em eliminar quaisquer formas de discriminação, como o capacitismo, que é o preconceito contra as PCDs, em que julga-se que elas são incapazes ou inferiores (Perine; Aquino; Dani, 2024).

Verificou-se ainda, que são poucos pesquisadores que abordam o tema de PCDs nas questões de gênero e sexualidade, na Psicologia, destaca-se a pesquisadora Marivete Gesser, pois quase metade dos artigos pesquisados sobre o assunto são obras dela do Núcleo de Estudos da Deficiência da Universidade Federal de Santa Catarina (NED/UFSC) coordenado por ela (UFSC, 2025). Fato que aponta que os psicólogos precisam produzir e publicar mais estudos acerca da temática, seja nos espaços das políticas públicas ou de experiências acadêmicas.

Diante deste contexto, o objetivo geral deste estudo foi compreender a atuação dos profissionais da psicologia referente às questões de gênero e sexualidade no atendimento às PCDs, e os objetivos específicos foram: caracterizar o perfil profissional dos(as) psicólogos(as) que atuam com a população PCD em Lages; caracterizar o perfil das PCDs atendidas pelos Psicólogos(as) participantes dessa pesquisa; identificar as percepções dos profissionais acerca das dimensões de gênero e sexualidade na atuação com as PCDs; e conhecer os modelos da deficiência e as metodologias de trabalho utilizadas pelos profissionais da psicologia no atendimento às PCDs.

Percurso Metodológico

O estudo refere-se a uma pesquisa qualitativa, que se dedica a investigar os aspectos subjetivos dos fenômenos sociais e comportamento humano (Cardoso, 2017). Assim, busca-se compreender os modelos da deficiência que os psicólogos utilizam na atuação profissional sobre às questões de gênero e sexualidade no atendimento de PCDs.

Além disso, este estudo é de caráter descritivo-exploratório, pois irá proporcionar maior familiaridade e clareza referente a temática da pesquisa, envolvendo entrevistas com psicólogos que tiveram experiências práticas com o assunto pesquisado (Gil, 2002).

Caracteriza-se ainda como uma pesquisa de campo que visa o aprofundamento das questões propostas na pesquisa junto aos participantes (Fonseca, 2002). Os sujeitos deste estudo foram profissionais da Psicologia de Lages que atuam nas políticas públicas e/ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs), onde há um total de 562 psicólogos(as) que possuem o CRP ativo (Crepop/CRP-12, 2025). Sendo assim, essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Planalto Catarinense (CEP/UNIPLAC), sob o parecer nº 7.670.218.

A pesquisa foi realizada no âmbito da cidade de Lages/SC, que possui em torno de 165 mil habitantes (IBGE, 2022) e destes mais de 25% da população possui alguma deficiência (Santa Catarina, 2020). Nesse contexto, há diversas políticas públicas e OSCs que atendem às pessoas com deficiência em diversas áreas.

Quanto à aplicação dos instrumentos de pesquisa, estes aconteceram em duas etapas. Na primeira, foi utilizado um

questionário online, que possibilitou a aquisição de informação sobre a atuação profissional. Na segunda, foi utilizado uma entrevista semiestruturada individual, que foi conduzida por questões norteadoras, mas com espaço para manifestação do entrevistado, e só foi realizada com os participantes que manifestaram interesse, sendo que foi garantido o sigilo das informações, na modalidade online por meio de uso do IP e e-mail institucional e nas presenciais, em local com segurança, sendo este o laboratório de psicologia da UNIPLAC (Martins, 2022).

A análise dos dados foi realizada através da Análise Temática, um método analítico qualitativo para identificar, analisar e relatar padrões dentro dos dados, que oferece uma abordagem acessível e flexível para a análise. Esse modelo pode associar-se ao relato de experiências, voltado ao significado e a realidade relatada pelos participantes. Assim, visando destacar e analisar o discurso dos(as) psicólogos(as) sobre a realidade que eles vivenciam com as PCDs na temática pesquisada (Braun; Clarke, 2006).

O registro das entrevistas ocorreu por meio de gravação de áudio de aparelho digital e posteriormente transcrito com os participantes que concordaram, conforme explicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim, foi garantido total sigilo dos participantes através da não-divulgação dos nomes e demais informações que possam identificar os profissionais que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Essa pesquisa respeitou os princípios éticos dispostos no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), conforme a Resolução CFP nº. 010/2005, assim como às exigências éticas e científicas primordiais transmitidas pela Resolução nº 510 de 2016, do Conselho Nacional de

Saúde (CNS), que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar a apresentação dos resultados, descreve-se a seguir os dados de caracterização dos profissionais de psicologia participantes da pesquisa, quadro (1), bem como a discussão destes marcadores. A fim de preservar a identidade dos sujeitos foram atribuídos nomes fictícios, escolhidos pela pesquisadora a fim de homenagear atletas medalhistas das paraolimpíadas como maneira de visibilizar mais esse público.

Quadro 1. Caracterização dos participantes da pesquisa

Nome	Gênero	Idade	Escolaridade	Tempo de formado	Especialização relacionado a PCD	Tipo de instituição que atua
Daniel (1)	Masculino	31 a 40	Pós-graduação	Entre 5 e 10 anos	Não	OSC
André (2)	Masculino	31 a 40	Mestrado	Mais de 10 anos	Sim	Política Pública de Saúde
Ádria (3)	Feminino	26 a 30	Pós-graduação	5 a 10 anos	Sim	OSC
Carol (4)	Feminino	51 a 60	Superior completo	Mais de 10 anos	Não	OSC
Terezinha (5)	Feminino	31 a 40	Especialização	Mais de 10 anos	Sim	OSC
Jeruza (6)	Feminino	51 a 60	Pós-graduação	Mais de 10 anos	Não	Política Pública de Assistência Social
Miracema (7)	Feminino	31 a 40	Especialização	5 a 10 anos	Sim	Política Pública de Assistência Social
Alana (8)	Feminino	26 a 30	Pós-graduação	3 a 5 anos	Não	Política Pública de Assistência Social
Bruna (9)	Feminino	51 a 60	Pós-graduação	5 a 10 anos	Não	OSC
Mariana (10)	Feminino	31 a 40	Pós-graduação	Mais de 10 anos	Não	Política Pública de Assistência Social
Josiane (11)	Feminino	41 a 50	Pós-graduação	Mais de 10 anos	Não	Política Pública de Assistência Social

Fonte: autoras, 2025.

Observou-se que a maioria dos entrevistados (9) são mulheres, todos os participantes são cisgênero, a idade dos participantes variou de 26 a 60 anos, a maioria se autodeclarou branca, e apenas um se identificou como de pele parda.

Referente a formação profissional, a maioria possui pós-graduação ou superior, sendo que apenas 1 participante possui apenas a graduação completa. A maior parte dos participantes são formados há mais de 10 anos. Além disso, a maioria (07) não possui especialização alguma relacionada a PCDs, enquanto o restante (04) possui. Acrescenta-se que a maioria dos participantes (06) manifestou descontentamento com relação à formação acadêmica no preparo para o atendimento às PCDs. Por fim, (5) cinco participantes atuam em OSCs, (5) cinco são de políticas públicas de assistência social, há somente uma (1) participação da saúde e nenhuma participação da educação ou outras áreas.

Além dos dados dos participantes da pesquisa, entende-se que é importante caracterizar também o público de PCDs atendido por esses profissionais. Portanto, segue o quadro (2) com os dados de caracterização desta população conforme descrito pelos profissionais participantes da pesquisa, assim como a discussão destes marcadores.

Quadro 2. Caracterização da população PCD atendida

Nome	Gênero	Idade média	Deficiências atendidas
Daniel (1)	Ambos	Todas as idades	Visual
André (2)	Ambos	de 18 a mais de 60 anos	Física
Ádria (3)	Ambos	Todas as idades	Auditiva
Carol (4)	Ambos	Todas as idades	Intelectual e Múltipla
Terezinha (5)	Ambos	12 a 18 anos e 40 a 50 anos	Física e Múltipla
Jeruza (6)	Ambos	Todas as idades	Todas as deficiências
Miracema (7)	Feminino	60 anos ou mais	
Alana (8)	Masculino	Todas as idades	Visual, física, intelectual e psicossocial
Bruna (9)	Ambos	60 anos ou mais	Todas as deficiências
Mariana (10)	Ambos	Todas as idades	Todas as deficiências
Josiane (11)	Ambos	Todas as idades	Todas as deficiências

Fonte: autoras, 2025.

Os entrevistados descreveram que o público atendido é, em sua maioria, dividido igualmente entre os gêneros masculino e feminino. A maioria (07) realiza o atendimento de público de todas as idades. Quanto às deficiências atendidas, (5) cinco declararam atender todos os tipos de deficiência, enquanto os demais demarcaram deficiências mais específicas conforme o local que atuam, tendo somente uma pessoa que não destacou nenhuma deficiência.

Após a caracterização dos participantes, a seguir serão apresentadas e discutidas as categorias temáticas que emergiram do estudo, baseadas na Análise Temática de Braun e Clarke: "Formação e Atualização profissional: Psicologia e Deficiência", "Psicologia e Sexualidade: Modelo Biopsicossocial na teoria versus Modelo Biomédico na Prática" e "Gênero e Deficiência: Dupla Invisibilidade na Formação e Atuação Profissional".

Formação e Atuação profissional: Psicologia e Deficiência

Referente ao preparo para realizar o atendimento junto às PCDs, no que tange às questões de gênero e sexualidade, foi descrito de maneira dividida pelos profissionais, em torno de metade classificou

como insatisfatório (45,5%) ou péssimo (9,1%), enquanto a outra metade descreveu como regular (18,2%) ou satisfatório (27,3%).

O conhecimento é um diferencial para qualificar a prática profissional sobre qualquer temática. Entretanto, em torno de 54,6% dos participantes avaliaram a formação de maneira negativa, somando as respostas como insatisfatório ou péssimo. Como ressaltado por Carvalho, Souza e Macedo (2020) as categorias de gênero, raça e etnia, têm perdido espaço nos ambientes acadêmicos, sendo que, a perspectiva interseccional, que possui um olhar mais social, tem tido pouca expressão e está localizada em disciplinas optativas, ou seja, se essas questões têm perdido espaço, essa discussão diminui ainda mais quando intersecciona-se com outros marcadores de diferença como deficiência e sexualidade.

A respeito do processo de formação de alguns participantes da pesquisa, estes relataram algumas fragilidades: *“Deu uma base, mas é buscar material por fora, pós-graduação, depois de formada [...]. Eu senti pelo menos que foi muito raso essa questão do como abordar uma pessoa com deficiência, como atender uma pessoa com deficiência”* (Ádria) e *“Na minha graduação [...], em 2003, tinha uma cadeira que falava alguma coisa sobre sexualidade, mas era de uma forma muito breve, muito resumida, né? Então pra gente ver que continua sendo um tabu até mesmo pra faculdade [...].”* (André).

A fala dos profissionais evidencia a necessidade de preparo após a graduação para o atendimento junto às PCDs, sendo que esse preparo deveria vir junto à graduação, visto que a deficiência não atua isoladamente, mas articula-se junto de outros marcadores sociais de diferença, como gênero, raça, classe, sexualidade, etnia, território e idade, portanto ignorar essas articulações pode levar a

práticas ineficazes, que não respondem à complexidade das experiências das PCDs (CFP, 2025).

Além disso, a patologização das PCDs e a redução dessa experiência a um contexto individual, ainda predominam tanto no contexto da atuação profissional quanto na formação em Psicologia (Gesser, Block, Nuernberg, 2019; Goodley, 2019), sendo assim essencial a revisão das estruturas curriculares dos cursos de psicologia, visando maior integração e inclusão na atuação profissional a respeito das temáticas deficiência, gênero e sexualidade.

Contudo, cabe destacar que as PCDs só foram reconhecidas socialmente a partir do século XX, quando os primeiros estudiosos da área da psicologia realizaram as primeiras intervenções (Barbosa; Borges, 2025). Porém somente na década de 1960 que se iniciou a integração das PCDs na sociedade (Garghetti; Medeiros; Nuernberg, 2013), ou seja, é uma população que começou a ser estudada e incluída socialmente recentemente, e por conta disso, o conhecimento a respeito dela ainda está em construção.

Os estudos da deficiência no Brasil só ganharam força nas últimas duas décadas (Mello, Gesser, Diniz, 2024), e já na área da Psicologia, entre todas as referências técnicas disponibilizadas pelo Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), existe apenas um material relacionado à atuação junto às PCDs, lançado em 2025, enfatizando como essa população necessita de mais destaque.

Sendo assim, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o CREPOP e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) só começaram a estudar mais a população PCD a partir de 2019, quando iniciou-se a

produção de materiais a respeito dessa temática, como cartilhas, notas técnicas e recentemente as resoluções nº 7/2025, 9/2025 e o “MANUAL ORIENTATIVO para uma Atuação Anticapacitista na Psicologia” do CFP que estabelece normas para o exercício profissional de psicólogos(as) no atendimento às PCDs que incluem o gênero e a sexualidade como fatores a serem considerados nessa atuação (CFP, 2025).

Os estudos sobre a interseção entre deficiência, gênero e sexualidade no Brasil começaram a ser mais intensificados a partir dos anos 2000. No entanto, essa discussão ainda era incipiente no campo da psicologia. Entre 2006 e 2019, foram identificados apenas nove artigos que abordavam essa tríade temática, com uma lacuna de cerca de cinco anos sem publicações entre 2007 e 2012. A partir de então, começou a surgir um artigo por ano, até que, em 2019, dois artigos foram publicados, ambos com a participação da pesquisadora Gesser (Oliveira, 2020). Dessa forma, foi somente a partir de 2019 que as pessoas com deficiência começaram a ganhar maior visibilidade no campo da Psicologia.

Ademais, destaca-se que algumas das instituições em que os participantes da pesquisa atuam, como a ADEVIPS, ASDF, APAE e CER, possuem um público majoritariamente composto por PCDs, mas mesmo assim ainda há profissionais que não possuem especialização ou relataram que não se sentiam qualificados para o atendimento às PCDs, como no relato de uma das entrevistadas: *“Chegou um rapaz surdo para solicitar um atendimento e ele falava em libras. A gente não conseguia se comunicar com ele. Então ele escrevia, e aí ele foi escrevendo e a gente foi nos comunicando dessa forma. E aí eu pensei, poxa, é um espaço, um serviço, que é para*

incluir, que é para garantir direitos, e a gente não tá fazendo isso [...]" (Mariana).

Na prática profissional dos(as) psicólogos(as), deve-se atuar sob uma perspectiva integrada e sensível para a efetivação dos direitos das PCDs, considerando as interseccionalidades (CFP, 2025). A partir disso, fica evidente a consciência da responsabilidade que o(a) profissional da psicologia ocupa enquanto viabilizador(a) de direitos, entretanto a responsabilidade pela capacitação dos(as) psicólogos(as) não depende somente desses profissionais, mas da sociedade como um todo, como descrito pela fala de uma das participantes: *"Eu não coloco a culpa toda na graduação. Eu acho que é a questão realmente da gente não perceber tanto, talvez, o nosso redor, o nosso mundo, as diferenças que existem nele"* (Mariana).

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) atribui ao Estado, à sociedade e à família a responsabilidade de assegurar os direitos das pessoas com deficiência (PCDs). Nesse sentido, a atuação do psicólogo deve promover prevenção, inclusão social e cidadania de forma ética e interdisciplinar (Aosani, 2018). Contudo, ainda existem lacunas na formação profissional, evidenciando o desafio de aprimorar a capacitação dos psicólogos para o trabalho com PCDs.

Portanto, é fundamental que o trabalho do profissional da psicologia vise favorecer a autonomia, liberdade e participação em decisões e espaços frequentados pela PCD (Crip-Sp, 2019). É preciso considerar a deficiência como uma categoria de análise que, na interseção com marcadores sociais, também pode contribuir para a ampliação do potencial analítico e político das ações junto às PCDs, sem deixar de

lado essa participação conjunta dos profissionais com a população PCD (Luz; Gesser, 2023).

Psicologia e Sexualidade: Modelo Biopsicossocial na teoria versus Modelo Biomédico na prática

Todos os profissionais que participaram da segunda etapa da pesquisa, em unanimidade se declararam como tendo uma atuação voltada ao modelo biopsicossocial da deficiência. O modelo biopsicossocial define a deficiência como uma união do aspecto físico e biológico com o meio onde se vive, incluindo que os limites entre saúde e doença estão difusos em aspectos culturais, sociais e psicológicos (Francisco, Gonzalez, 2022).

Entretanto, durante as falas dos profissionais: *“Os encaminhamentos que teve foi, principalmente, com o preventivo”* (Ádria), *“[...] geralmente a gente procura entender como que essa deficiência aconteceu, [...] encaminhar para a saúde”* (Mariana), essa atuação biopsicossocial por vezes não foi corroborada.

Essas falas evidenciam, na realidade, um modelo mais biomédico da deficiência, em que o foco na saúde e no corpo prevalece. O modelo biomédico considera a deficiência como sendo a lesão em um corpo, de responsabilidade individual, onde os impedimentos devem ser objeto de intervenção médica que visa a “normalidade” do corpo (Fogaça; Klazura, 2021).

A partir disso, percebe-se que a atenção dos profissionais tem se concentrado principalmente na saúde das pessoas com deficiência, enquanto aspectos relacionados à sua subjetividade, como gênero e sexualidade, são pouco abordados. Quando mencionados, esses temas geralmente aparecem em contextos de disfunção, com uma

abordagem predominantemente biomédica e centrada no corpo, deixando de lado uma compreensão mais ampla e subjetiva dessas vivências. Isso se apresenta nas falas: “[...] *Quando toca, é muito superficial e é mais nessa expectativa de um remédio vai me ajudar*” (André) e “[...] *não somente a opção sexual mas também sobre o corpo, exames, doenças, etc*” (Ádria).

Foucault (1988) relata que a sexualidade foi cuidadosamente encerrada, mudou-se para dentro de casa e atrela ela, inteiramente, a função de reproduzir, sendo então confinada, reprimida e controlada. Pode-se observar essa ocorrência ainda nos dias atuais, no receio e insegurança de diversos sujeitos e profissionais em abordar essa temática, principalmente quando relacionado às PCDs, esse tema parece sequer ser considerado. Isso fica evidenciado nas falas: “*Como é um assunto muito delicado pra alguns, eu acabo não entrando no assunto, [...] a grande maioria não toca nesse assunto*” (André); “*Eu me dei conta que a gente estava, assim, esquecendo essa questão, que é importantíssima para todo mundo, e às vezes para as pessoas com deficiência a gente acaba invisibilizando, e inclusive me coloquei dentro dessas pessoas que invisibilizam*” (Mariana).

A partir de uma reflexão produzida no processo de entrevista, uma das participantes percebeu essa divergência do modelo biopsicossocial ao dizer: “*agora pensando, eu acabo revendo a minha resposta anterior quando você perguntou do modelo biomédico, porque agora pensando, parece mais um modelo biomédico mesmo, né, porque é mais voltado para a deficiência*” (Mariana).

Nesse sentido, por mais que no ambiente acadêmico o modelo biopsicossocial seja recomendado pelas diretrizes curriculares, essa atuação ainda se mantém centrada no modelo biomédico (Massote; Belisário; Gontijo, 2011). De maneira geral, todos os profissionais em suas atuações práticas destacaram, em sua maioria, uma perspectiva biomédica a respeito do atendimento das PCDs, com pouco ou nenhum destaque para categorias interseccionais como gênero e sexualidade.

O modelo social da deficiência considera essas interseccionalidades, e propõe o rompimento das concepções fatalistas sobre a deficiência que reduzem os sujeitos as lesões e impedimentos do corpo, dessa forma considera as questões sociais e políticas em sua análise. Essa perspectiva evidencia as múltiplas relações da deficiência com gênero, classe social, raça/etnia e geração, que são os constructos dos sujeitos, e como essa interseccionalidade produz discriminação e opressão. A partir deste modelo, a deficiência passa a ser vista como uma questão de direitos humanos (Gesser, Nuernberg, Toneli, 2012).

Em alguns relatos, observou-se que alguns profissionais realizavam intervenções mais voltadas ao modelo social da deficiência, mesmo que as afirmativas fossem ao modelo biopsicossocial. *“Durante a realização de atividades em grupo sobre educação sexual surgiram questões sobre identidade de gênero e orientação sexual. Trabalhamos esses temas com materiais educativos e foi muito enriquecedor ver como alguns dos participantes expressavam suas opiniões e sentimentos”* (Carol) e *“Pessoas com Deficiência também têm vontades e desejos, conversar sobre isso seja individual, com a família ou a rede é importante justamente para validar os*

sentimentos da pessoa, faz ela ser vista como alguém que possui vontades” (Alana).

A partir dessas respostas percebeu-se que as intervenções na perspectiva social da deficiência ocorrem sim, mas em práticas isoladas, ainda nessa transição entre o modelo biomédico e o biopsicossocial, demonstrando uma falta de conhecimento a respeito do modelo social.

Além disso, observou-se um predomínio de abordagens sobre a sexualidade a partir de uma perspectiva biológica e centrada no corpo, bem como uma frequente confusão entre os conceitos de gênero e sexualidade, evidenciada, por exemplo, nas respostas dos participantes quando questionados sobre a importância do gênero e da sexualidade: *“Sim, Sexualidade é importante para todos os públicos”* (Jeruza), mas e o gênero?

A partir disso, fica evidente a necessidade de uma diferenciação desses conceitos, sendo que, por mais que gênero e sexualidade se complementem, seus significados e concepções teóricas diferem. Butler (2018) destaca que o gênero é uma construção social, ele é discursivo e cultural, e expressa uma essência do sujeito, um fenômeno inconstante e contextual, sendo considerado “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Butler, 2003, p. 29). Já Costa e colaboradores (2024, p. 4) descrevem a sexualidade como “o que somos, sentimos e fazemos. Inclui a identidade, o gênero, a orientação sexual, o afeto, a intimidade, o sexo, o prazer, a reprodução, etc”.

Portanto, é essencial o conhecimento a respeito do gênero e sexualidade em meio a toda sua complexidade, sendo que essas temáticas são pautas da Psicologia enquanto ciência e profissão e, em decorrência disso, são importantes na formação em Psicologia (Amaral, Ribeiro, Barros, 2021).

Devido a essa limitação de acesso ao conhecimento, as metodologias de trabalho são menos diversificadas e referente ao atendimento: “[...] *a maior parte é individual*” (Daniel). Em relação às técnicas profissionais utilizadas, constatou-se que, na maioria dos casos, as questões de gênero e sexualidade não são abordadas com as pessoas com deficiência. Quando esses temas são tratados, ocorre de forma pontual e apenas quando o próprio sujeito manifesta essa demanda inicialmente, o que reforça o tabu existente tanto entre as PCDs quanto entre os(as) psicólogos(as).

As temáticas são trazidas à tona principalmente em momentos de “disfuncionalidade” e em violências, como preconceito e capacitismo que se percebe em situações relatadas como: “[...] *tivemos uma encrenca muito grande com o professor de matemática e com o diretor do colégio. Eles estavam fazendo a exclusão da aluna, e é exatamente esse o termo. O professor de educação física, então, nem se fala [...]*” (André) “*foi abordada essa questão em relação ao preconceito, olhares [...]* A diferença em relação à sexualidade [...]” (Ádria).

Assim, verificou-se que o capacitismo foi trabalhado com a pessoa com deficiência, como reagir diante de situações de violência ou preconceito. No entanto, não houve relato de ações posteriores voltadas aos demais participantes da instituição sobre temas como gênero, sexualidade, respeito e diversidade. Isso revela uma atuação

centrada em preparar a PCD para enfrentar o preconceito, em vez de promover a prevenção e a conscientização coletiva.

O preconceito relacionado às PCDs, é denominado capacitismo, reduz essas pessoas a suas limitações, ignorando suas capacidades e individualidades (Crip-Sc, 2025). A partir disso, é dever do psicólogo estar apto a exercer esta prática inclusiva e saber identificar e superar as barreiras atitudinais e estruturais, além de intervir em situações capacitistas, assim como conhecer os movimentos da população PCD e a intersecção das suas diversidades.

Gênero e deficiência: Dupla Invisibilidade na Formação e na Atuação Profissional

As temáticas de gênero nunca foram abordadas por 45,5% dos(as) psicólogos(as) participantes dessa pesquisa. Essa constatação evidencia o grande desafio que ainda existe quanto ao reconhecimento, por parte dos profissionais da Psicologia, da importância de trabalhar essa temática. Nesse sentido, é fundamental ampliar a visibilidade das pesquisas voltadas às pessoas com deficiência sob uma perspectiva social, considerando que o modelo social da deficiência reconhece as interseccionalidades na constituição do sujeito (Gesser, Nuernberg; Toneli, 2012).

Para compreender a experiência de mulheres e homens com deficiência, é preciso considerar o estigma associado à deficiência e a relevância do corpo na expressão do gênero. Para que suas performances de gênero sejam validadas, as PCDs precisam, primeiramente, ser reconhecidas como sujeitos, compreendendo que o corpo desempenha um papel central nesse processo de

reconhecimento de gênero. (Gerschick, 2000; Machado, Gomes, Sérgio, 2023).

A teoria feminista da deficiência destaca que gênero e deficiência estruturam relações de poder, e que corpos femininos com deficiência sofrem uma dupla desvantagem devido ao patriarcado e à corponormatividade. Quanto maior o número de interseccionalidades, maior é a incidência de capacitismo e preconceito (Garland-Thomson, 2001; Gesser, Nuernberg, Toneli, 2012)

Sob a perspectiva social, a deficiência é uma categoria culturalmente construída e, junto ao gênero, é marcada pelos sistemas sociais, pela corponormatividade e pelo patriarcado, influenciando a construção da masculinidade, ligada à autonomia e ao poder e da feminilidade, ligada à estética ‘normativa’ da beleza e à atração física” (Machado, Gomes, Sérgio, 2023, p. 4). Assim, percebe-se que os estereótipos culturais que enquadram as PCDs como assexuadas estão inertes em capacitismo.

Conclui-se que, para os(as) psicólogos(as), o gênero continua sendo uma temática pouco visibilizada, assim como a deficiência, especialmente quando considerada sob uma perspectiva social. Dessa forma, evidencia-se que questões relacionadas a gênero e sexualidade ainda permanecem como tabu, mesmo entre os profissionais da psicologia, pois *“Pouco chega essa informação justamente até para ver o olhar preconceituoso que já é enraizado na gente de que é coitadinho”* (Ádria) e *“Então, a gente vê que é um tabu”* (André)

Assim sendo, mesmo que as categorias de gênero, raça e etnia tenham perdido espaço nos ambientes acadêmicos (Carvalho; Souza; Macedo, 2020), deve-se recapitular essa temática, assim como a deficiência sob uma perspectiva social, visto a importância para um processo de formação integral e com maior conhecimento e capacitação na psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a pesquisa aponta que há ainda muitos desafios no que permeia a formação e a atuação dos profissionais da psicologia junto às PCDs, que se agravam quando incluímos a interseccionalidade sob uma perspectiva social, tais quais o gênero, a sexualidade e outros marcadores de diferença.

O estudo revelou baixa participação de psicólogos(as), indicando pouco interesse, dificuldade em abordar as temáticas ou conhecimento superficial devido à limitada formação na graduação. Além disso, houve pouca representatividade de profissionais da saúde e ausência de profissionais da educação, mesmo atuando com o mesmo público de PCDs atendido pelas políticas públicas. Para tentar aumentar o número de respostas, o prazo da primeira etapa da pesquisa foi estendido, resultando, ao final, em apenas 11 participações na região de Lages/SC, concentradas principalmente em OSCs voltadas a PCDs e políticas sociais.

No entanto, sabe-se que a maioria trabalha diretamente ou indiretamente com a população PCD, que na Serra Catarinense está em torno de 26% (Santa Catarina, 2020), ou seja, é de suma importância o preparo desses profissionais para o atendimento desse público de forma integral. O perfil dos(as) psicólogos(as)

participantes revelou-se majoritariamente composto por mulheres cisgênero e brancas, enquanto as pessoas com deficiência por eles descritas apresentavam, em sua maioria, situação de vulnerabilidade social, baixa escolaridade e eram em grande parte pardas ou negras.

Esse contexto de exclusão e vulnerabilidade das PCDs é agravado pela ineficiência das políticas públicas, que, embora existentes, ainda não asseguram a plena efetivação dos direitos dessa população. Afinal *“é um espaço, um serviço que é para incluir, que é para garantir direitos e a gente não está fazendo isso. [...] a gente ainda não está preparado para atender as pessoas como elas precisam”* (Mariana). Em vista disso, as barreiras atitudinais e estruturais ainda persistem como obstáculos para a autonomia e a participação social das PCDs, dessa maneira reforçando sua condição de vulnerabilidade na sociedade (Paiva; Bendassolli, 2017).

A atuação profissional, em relação às abordagens e metodologias, constatou-se que ainda apresentam um foco individualizado e clínico, transitando do modelo biopsicossocial para o modelo biomédico, permanecendo distantes do modelo social da deficiência, evidenciando a limitação do conhecimento sobre este último, que fundamenta a presente pesquisa.

A percepção dos profissionais da psicologia a respeito das dimensões de gênero e sexualidade ainda se encontra com diversos desafios, principalmente no que se refere a interseccionalidade dessas temáticas junto às PCDs, pois a deficiência não atua de maneira isolada, ela se articula com outros marcadores sociais de diferença (CFP, 2025).

Além disso, a falta de conhecimento e a dificuldade de diferenciação dessas temáticas muito se deve ao enfoque no modelo biomédico e biopsicossocial sem atentar-se para a perspectiva social da deficiência, onde essas relações da deficiência com gênero, classe social, raça/etnia, sexualidade e geração, são consideradas parte dos sujeitos em sua constituição.

Espera-se que a atuação profissional na psicologia conte com maior investimento em formação continuada em diálogo com os movimentos sociais da população com deficiência (PCDs). É fundamental revisar as estruturas curriculares dos cursos de psicologia, de modo a incluir uma perspectiva social do sujeito, sempre com a participação ativa das PCDs, conforme o lema do movimento político dessa população: “Nada sobre nós, sem nós”.

Destaca-se que esta pesquisa se restringiu a profissionais da região de Lages/SC, mas evidencia a necessidade de estudos semelhantes em outros contextos e reforça a importância de investigar temas invisibilizados, como gênero e deficiência, ainda marcados por uma lógica corponormativa e capacitista centrada na adaptação e superação social das PCDs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, R. C. B. LIMA, D. R. Judith Butler sobre o Gênero: As Performances e os Corpos Estranhos. Universidade Estadual Paulista (UNESP), **Unesp Marília**, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/13600/12573>. Acesso em: 11 abr. 2025.

AOSANI, T. R. Psicologia e pessoa com deficiência: compartilhando experiências de prevenção e inclusão social. Anuário Pesquisa e

Extensão. **Unoesc São Miguel do Oeste**, v. 3, e19660, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/19660/10436>.

Acesso em: 25 abr. 2025.

BARBOSA, E. A. N.; BORGES, A. A. P.. A revista *Infância Excepcional* (1933-1979): mudanças e permanências no discurso sobre a Educação Especial. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 25, p. e352, 2025. Disponível em:

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e352>. Acesso em: 21 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Pesquisa Nacional de Saúde: PNS 2019: atenção primária à saúde e informações de saúde da população brasileira*. [S. l.]: Ministério da Saúde; IBGE; Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://www.pns.iciet.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2026.

BRAUN, V. CLARKE, V. *Using thematic analysis in psychology*. Qualitative Research in Psychology. Tradução: Prof. Dr. Luiz Fernando Mackedanz - Instituto de Matemática, Estatística e Física - **Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**. v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <http://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 10 maio 2025.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução: Pedro Maia Soares para versão do artigo “Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism”, no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>. Acesso em 7 abr. 2025.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 16ª ed., 2018. Disponível em: [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-gênero.Feminismo%20e%20subversão-da%20identidade-Civilização%20Brasileira-%202018.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf). Acesso em: 22 abr. 2025.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**; 2003. Acesso em: 19 abr. 2025.

CARDANO, M. Manual de pesquisa qualitativa. A contribuição da teoria da argumentação. Tradução Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: **Vozes**, 2017. De: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019/2531>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CARVALHO, A.; SOUZA, C.; MACEDO, J. P. Relações de gênero e étnico-raciais nos currículos de Psicologia: aproximações e desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201972>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Código de Ética Profissional do Psicólogo: Resolução CFP nº 010/2005*. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Manual orientativo para uma atuação anticapacitista na Psicologia*. 1. ed. Leme, SP: GM Editorial; Brasília, DF: CFP, 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Manual_Anticapacitista_web.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (CRP-SP). *Nota técnica de orientação sobre a atuação das(os) psicólogas(os) no atendimento de pessoas com deficiência*. São Paulo: CRP-SP, 2019. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2021/03/Anexo-10-Nota-tE%CC%80cnica-de-orienta%o-sobre-a-atuaA-de-ps-no-atendimento-de-pessoas-com-deficiIncia.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA. *Revista Plural: Psicologia e Deficiência*. Edição especial, n. 9. Florianópolis: CRP-SC, 2025. Disponível em: <https://site.crpesc.org.br/wp-content/uploads/2025/09/REVISTA-PLURAL-Psicologia-e-Deficiencia.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

COSTA, L. S. et al. *Direitos e saúde sexual das pessoas com deficiência*. 3ª ed.- revisada e ampliada. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com->

deficiencia/publicacoes/Guia_Direitos_e_SadeSexual.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

CREPOP/CRP-12. Dados sobre psicólogos ativos em Lages/SC. Comunicação pessoal via e-mail, 17 out. 2025.

DINIZ, D.. O que é deficiência. São Paulo: **Brasiliense**, 2007. Disponível em: <https://cameta.ifpa.edu.br/documentos-do-campus/2017/35-o-que-e-deficiencia-debora-diniz/file#:~:text=A%20Upias%20foi%2C%20na%20verdade,formada%20e%20gerenciada%20por%20deficientes>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FOGAÇA, V. H. B.; KLAZURA, M. A. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa. *Emancipação*, v. 21, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2013498.006>. Acesso em: 28 set. 2025.

FONSECA, J. J. S. da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. *Technologies of the self: a seminar with Michel Foucault*. Editado por L. H. Martin, H. Gutman e P. H. Hutton. Amherst: University of Massachusetts Press, 1988.

FRANCISCO, L.; GONÇALEZ, P. R. V. A. Modelo biopsicossocial da deficiência: repositórios institucionais x acessibilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022. *Anais [...] : Bibliotecas por um Mundo Melhor: Década da Ação*, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/download/2671/2447/3868>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GARGHETTI, F. C. MEDEIROS, J. G. NUERNBERG, A. H.. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, Jaén, n. 10, p. 101-116, jul. 2013. Disponível em: <https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Breve-história-da-deficiência-intelectual.-1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

GARLAND-THOMSON, R. Re-shaping, re-thinking, re-defining: feminist disability studies. *Barbara Waxman Fiduccia Papers on Women and Girls with Disabilities*. Washington, DC: Center for Women Policy Studies, 2001. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/projectos/intimidade/media/Re-shaping%20re-thinking%20re-defining.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

GERSCHICK, T. J. Toward a theory of disability and gender. *Signs*, v. 25, n. 4, p. 1263-1268, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3175525>. Acesso em: 11 out. 2026.

GESSER, M. et al. Deficiência e Psicologia: perspectivas interseccionais. In: MELLO, A. G.; MOZZI, G. (org.). *Psicologia e pessoas com deficiência: deficiência e Psicologia: perspectivas interseccionais*. Florianópolis: Tribo da Ilha; Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, 2019. p. 26-42. Disponível em: https://crpsc.org.br/public/images/boletins/Miolo_Psicologia-e-Deficiência-Interativo.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

GESSER, M. et al. Psicologia e estudos sobre deficiência: história e perspectivas. In: NUERNBERG, A. H. (org.). *Psicologia e pessoas com deficiência: Psicologia e estudos sobre deficiência – história e perspectivas*. Florianópolis: Tribo da Ilha; Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, 2019. p. 18-25. Disponível em:

https://crpsc.org.br/public/images/boletins/Miolo_Psicologia-e-Deficiência-Interativo.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

GESSER, M.; BLOCK, P.; NUERNBERG, A. H. Participation, agency and disability in Brazil: transforming psychological practices into public policy from a human rights perspective. *Disability and the Global South*, v. 6, n. 2, p. 1772-1791, 2019. Disponível em: https://disabilityglobalsouth.files.wordpress.com/2019/07/06_02_05.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do modelo social da deficiência à Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>. Acesso em: 29 abr. 2025.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GOODLEY, D. The psychology of disability. In: WATSON, N.; VEHMAS, S. (org.). *Routledge handbook of disability studies*. 2. ed. [S. l.]: Routledge, 2019. p. 362-376.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama do município de Lages – SC. **Gov.br**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lages/panorama>. Acesso em: 1 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil: informativo. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2022. 16 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 47). Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf. Acesso em: 17 mai. 2025

LUZ, J. O. GESSER, M. Psicologia e deficiência: análise da formação e inclusão de psicólogas(os) nos serviços de assistência social. **Quaderns de Psicologia**, Santa Catarina, v. 25, n. 3, 2023. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v25-n3-luz-gesser/1862-pdf-pt>. Acesso em: 23 maio 2025.

MACHADO, M. O.; GOMES, I. R.; SÉRGIO, L. Estudos feministas da deficiência: análise da autorrepresentação de atletas no Instagram. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 3, e105335, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/105335/60136> . Acesso em: 15 set. 2026.

MARTINS, R. X. (Org.). Metodologia de Pesquisa Científica: reflexões e experiências investigativas na educação. **Lavras: Ed. UFLA**, 281 p. 2022.

MASSOTE, A. R.; BELISÁRIO, S. A.; GONTIJO, E. D. Avaliação das diretrizes curriculares dos cursos de graduação da área da saúde conforme a perspectiva do desenvolvimento de competências para o trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 16, n. 1, p. 95-128, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000100005>. Acesso em: 17 out. 2025.

MELLO, A. G.; GESSER, M.; DINIZ, D. Diálogos feministas sobre a deficiência. *Revista Estudos Feministas*, v. 32, n. 3, e102006, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n3102006>. Acesso em: 18 ago. 2025.

OLIVEIRA, L. R. Educação: dilemas contemporâneos, volume III. In: SERRA, I. O.; OLIVEIRA, A. R. M.; JOCA, T. T.; MUNGUBA, M. C. (org.). *Educação: dilemas contemporâneos*. São Paulo: Editora Pantanal, 2020. p. 44-52. Disponível em: https://www.editorapantanal.com.br/ebooks-capitulo.php?ebook_id=educacao-dilemas-contemporaneos-volume-iii&ebook_ano=2020&ebook_caps=1&ebook_org=1&ebook_capitulo=C4. Acesso em: 9 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); BANCO MUNDIAL. *Relatório mundial sobre a deficiência*. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2012. 334 p.. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/09/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

PAGANELLI, R. Na educação inclusiva, a pessoa vem antes da deficiência. **DIVERSA**, 2018. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/na-educacao-inclusiva-a-pessoa-vem-antes-da-deficiencia/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

PAIVA, J. C. M.; BENDASSOLLI, P. F. Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. *Psicologia em Revista*, v. 25, n. 1, p. 81-95, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/16701>. Acesso em: 4 set. 2025.

PERINE, G. AQUINO, S. DANI, L. O que é capacitismo e como podemos combatê-lo? **INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)**. Verifica, 2023. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/ifsc->

verifica/w/o-que-e-capacitismo-e-como-podemos-combate-lo-.

Acesso em: 24 maio 2025

RIOS, C.. “Nada sobre nós, sem nós”? O corpo na construção do autista como sujeito social e político. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 25, p. 212–230, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.11.a>. Acesso em: 01 abr. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. Supervisão Regional de Saúde de Lages. *Plano de Ação Regional da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência da Serra Catarinense – Atualização 2020*. Lages: **COSEMS/SC**, 2020. Disponível em: <https://www.cosemssc.org.br/wp-content/uploads/2020/11/ANEXO-II-PAR.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). *Apresentação: Núcleo de Estudos sobre Deficiência – NED*. Florianópolis: UFSC, 2025. Disponível em: <https://nedef.paginas.ufsc.br/apresentacao>. Acesso em: 29 out. 2025.

¹ Acadêmica de Psicologia Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5704-1319>

² Professora do curso de Psicologia Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1706-648X>